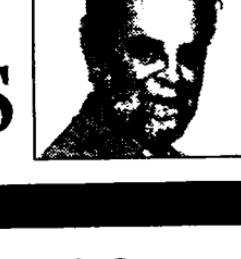


*o economia - Brasil*

# MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

## A crise de 1999

• Ciro Gomes clama no deserto contra a política econômica do Governo. Há tempos propôs que se discutisse a crise, que prevê forte, de 1999. Não lhe deram resposta. Sexta-feira, na Associação da Imprensa Estrangeira, no Rio, quando as bolsas de ações desabavam no mundo inteiro e só não furou o piso no Brasil por obra e graça da intervenção do BNDESpar, voltou a insistir na imprudência de esconder o déficit das contas externas.

Ciro não é o único preocupado com o que acontecerá com a economia depois das eleições, nem essa preocupação é exclusiva dos oposicionistas. Há críticos severos da política de juros e de câmbio dentro do próprio Governo, ainda que restrinjam as críticas aos circuitos internos do poder. Há, ainda, membros do Governo que preparam medidas defensivas, na tentativa de reduzir o déficit público, mas algumas delas dependem da aprovação de emendas constitucionais. Há estudos sobre alterações mais profundas do que as das propostas em curso na Previdência e que já encontram muita resistência. Antes de tornar-se presidente do BNDES formulá-las era a tarefa de André Lara Rezende.

Os economistas oficiais, que calculam o déficit da Previdência entre seis e sete bilhões este ano, afirmam que, a longo prazo, seria impossível manter-se um déficit deste tamanho, que é puxado pelos gastos com os benefícios dos funcionários públicos, desproporcionais às contribuições que fazem ao longo da carreira. Há países, dizem, onde o Estado simplesmente parou de pagar o que deve a aposentados e pensionistas. É o caso dos países da Europa Oriental que migraram para o capitalismo selvagem, Rússia inclusive, mas, também, China, que, em tese, mantém o regime socialista de propriedade coletiva dos meios de produção. A idéia básica é garantir no sistema atual as aposentadorias até cinco salários-mínimos e passar as demais para fundos particulares de pensão, que garantiram as aposentadorias mais altas segundo o valor das contribuições de seus cotistas.

O ministro Pedro Malan referiu-se, no Uruguai, a um possível ajuste fiscal a ser feito após as eleições. Provocou agitação no mercado e especulações na imprensa. Apresou-se a dizer que não se tratava de nenhum pacote, mas não deu detalhes. São esses detalhes que Ciro Gomes reclama, ao propor a discussão da crise de 1999.

O nó do problema está no que os economistas chamam de fundamentos. São os índices mais significativos para avaliar a saúde de uma economia. Todos eles pioraram ao longo do mandato de Fernando Henrique Cardoso e, segundo Ciro, essa piora foi deliberadamente provocada pela política de se manter os juros mais altos do planeta e agravou-se a partir de novembro

passado. O déficit nominal, que é a soma das despesas públicas correntes com os juros pagos pelo Tesouro ao mercado, passou de 4,7% do PIB em julho de 1997 para 7,5% em julho deste ano. As projeções indicam que chegará a 8% neste mês de setembro. O chamado déficit primário, que se limita a comparar o que gastam os três níveis de governo com o que arrecadam, tinha um saldo ligamente positivo em maio do ano passado de 0,14% do PIB. No mesmo mês deste ano já era negativo em 0,97%, o que indica um crescimento nos gastos do Governo federal, dos estados e dos municípios. No entanto não seria correto atribuir o aumento do déficit a esses gastos. O déficit não nasce no exercício cotidiano dos governos, em investimentos, em custeio ou no pagamento das folhas de servidores. Ele nasce no Banco Central, que é onde se estabelecem as taxas de juros.

A dívida interna cresceu mais de seis vezes ao longo do mandato do presidente Fernando Henrique e hoje vai a mais de um terço do PIB. Os economistas oficiais argumentam que muitos países desenvolvidos, como a Bélgica ou a Itália, têm índices de até 100% do PIB.

Os críticos contra-argumentam dizendo que em nenhum deles o déficit aumenta em velocidades sequer comparáveis às do Brasil e que na Europa o financiamento da dívida pública se faz a longo prazo. A dívida externa também deu cambalhotas, sobretudo a dívida do setor privado, que é hoje maior do que a do setor público do passado, tão duramente renegociada. A tradição brasileira é que, na hora do aperto, o setor privado passe a conta para Estado. O crescimento da economia tem hoje um terço dos índices de 1994. Em consequência, o desemprego é o maior da história. A balança comercial, que tinha um robusto saldo em 1994, tem agora um rombo imenso, que só não é maior que o do ano passado por causa da recessão provocada pelo pacote 51. Enquanto isto, o Estado já vendeu ao seu principais ativos sem que a situação das contas públicas melhorasse.

Em resumo, dizem os que exigem o debate sobre a crise de 1999, a equipe econômica foi capaz de, a curto prazo, conter o ataque especulativo, mas a prazo médio o preço a pagar será altíssimo. Querem saber qual será ele.